

Itumbiara
Transmissora de
Energia S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2022 e relatório dos
auditores independentes**

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	15



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Itumbiara Transmissora de Energia S.A** (“**ITE**” ou “**Companhia**”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

1) A companhia

A ITE é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 21 de outubro de 2004 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais, localizadas em Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, Araporã, no Estado de Minas Gerais, e Goianésia, no Estado de Goiás.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda.. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	817,95
Tensão em kV:	500/230
Subestações próprias/acessadas:	5

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ R\$ 216.652 (duzentos e dezesseis milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 268.674 (duzentos e sessenta e oito milhões, seiscentos e setenta e quatro mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.



3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2022 e 2021 são:

	2022	2021
• Liquidez geral	12,63	9,01
• Liquidez corrente	2,48	1,62
• Relação patrimônio líquido/ativo	92,08%	88,90%
• Relação passivo não circulante/ativo	0,95%	1,22%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	20,06%	21,01%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	25,83%	27,74%
Ativos totais - R\$	642.602	661.448
Lucro líquido do exercício – R\$	118.710	123.555

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança.

Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios.

O Grupo State Grid Brasil Holding é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Dentre os comitês especialistas de apoio às decisões do SMC, destacamos a criação, em 2022, do Comitê ESG. Composto por 14 membros, o grupo encampará a evolução dos temas Ambientais, Sociais e de Governança associados aos negócios da SGBH.

Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos relevantes medidas como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o



ITUMBLARA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

Gestão de Riscos

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.

Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos. A Matriz de Risco da empresa é constantemente atualizada e a SGBH monitora anualmente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa (“Top Ten”), além de desenvolver os controles internos de todos os riscos mapeados em seus processos corporativos.

Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, diálogo e transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA).

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pílulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho.

A área de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à área de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança.

Desde 2021, ano em que iniciou o processo de auditoria interna com equipe própria local, a SGBH vem utilizando tais auditorias como instrumento de aprimoramento dos seus processos internos e implantando diferentes planos de ação visando a conformidade de todos os seus procedimentos. Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.



5) Responsabilidade ambiental e social

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada Pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 27 de Abril de 2023.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Itumbiara Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Itumbiara Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de março de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

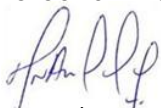
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	58.006	54.805
Concessionárias e permissionárias	8	19.450	21.850
Contas a receber - partes relacionadas	26	8.709	4.039
Estoques	9	14.712	14.846
Adiantamento a fornecedores		1.309	3.750
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		89	346
Outros impostos a recuperar		2.153	1.488
Outros ativos circulantes		6.706	4.624
		111.134	105.748
Ativo não circulante			
Títulos e valor mobiliários	10	1.455	-
Outros ativos não circulantes	11	1.693	7.914
Imobilizado não vinculado à concessão	12	2.238	2.906
Intangível não vinculado à concessão	13	102	102
Imobilizado	12	518.157	537.120
Intangível	13	7.823	7.658
		531.468	555.700
Total do ativo		642.602	661.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		3.078	3.117
Fornecedores - partes relacionadas	26	1.410	1.723
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	19.473	43.335
Outros impostos a pagar	14	4.553	4.032
Taxas regulamentares	15	9.609	7.812
Outros passivos circulantes		6.683	5.303
		44.806	65.322
Passivo não circulante			
Outras provisões - compensação ambiental		1.237	1.100
Provisão para contingências	16	4.851	7.002
		6.088	8.102
Patrimônio líquido	17		
Capital social		402.460	402.460
Reserva de Lucros		264.470	304.862
Reserva de incentivos fiscais		24.727	-
Reserva Legal		34.916	29.687
Prejuízo acumulado		(134.865)	(148.985)
		591.708	588.024
Total do passivo e do patrimônio líquido		642.602	661.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	18	186.280	220.367
Custo da operação	19	<u>(45.836)</u>	<u>(43.135)</u>
Lucro bruto		140.444	177.232
Despesas gerais e administrativas	20	(12.283)	(7.479)
Outras (despesas)/receitas operacionais	22	<u>24.660</u>	<u>(6.617)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		152.821	163.136
Resultado financeiro	23	4.132	8.002
Receita financeira		6.927	21.191
Despesa financeira		(2.795)	(13.189)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>156.953</u>	<u>171.138</u>
IRPJ e CSLL correntes	24	(38.243)	(47.583)
Lucro líquido do exercício		<u><u>118.710</u></u>	<u><u>123.555</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	<u>118.710</u>	<u>123.555</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u>118.710</u>	<u>123.555</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Incêntivos fiscais	Reserva de lucros		Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	402.460	-	24.086	298.525	(160.523)	564.548
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	123.555	123.555
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 17)	-	-	-	-	(17.609)	(17.609)
Constituição de reserva de legal (Nota explicativa 17)	-	-	5.601	-	(5.601)	-
Constituição de reserva de lucros (Nota explicativa 17)	-	-	-	88.807	(88.807)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 17)	-	-	-	(82.470)	-	(82.470)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	402.460	-	29.687	304.862	(148.985)	588.024
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	118.710	118.710
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 17)	-	-	-	-	(6.206)	(6.206)
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 17)	-	24.727	-	-	(24.727)	-
Constituição de reserva de legal (Nota explicativa 17)	-	-	5.229	-	(5.229)	-
Constituição de reserva de lucros (Nota explicativa 17)	-	-	-	68.428	(68.428)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 17)	-	-	-	(108.820)	-	(108.820)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	402.460	24.727	34.916	264.470	(134.865)	591.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		156.953	171.138
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos		-	(3.833)
Depreciação e amortização		26.856	27.099
Reversão de depreciação acumulada por obsolescência		-	(5.755)
Baixa de imobilizado e intangível	12/13	4	16.259
Rendimento títulos e valor mobiliários		(130)	-
Provisão para créditos de perda esperada	8	1.217	(1.325)
Provisão para contingência	16	(2.151)	141
Atualização monetária - Compensação ambiental		136	47
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		1.183	6.438
Contas a receber - partes relacionadas		(4.670)	547
Estoques		134	(1.442)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		258	631
Outros impostos a recuperar		(666)	(76)
Adiantamentos a fornecedores		2.441	527
Outros ativos		4.140	(1.403)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores diversos e partes relacionadas		(352)	(2.164)
Tributos e contribuições sociais		(6.408)	20.261
Taxas regulamentares		1.796	(3.131)
Outros passivos		1.382	(5.019)
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais		182.123	218.940
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(34.850)	(48.577)
Outros impostos pagos		(21.256)	(25.011)
Juros pagos		-	(1.870)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades operacionais		126.017	143.482
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	12/13	(7.395)	(4.742)
Aplicação títulos e valores mobiliários		(1.325)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(8.720)	(4.742)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos pagos		-	(111.982)
Dividendos pagos	17	(108.821)	(82.470)
Juros sobre capital próprio pagos	17	(5.275)	(30.939)
Fluxo de caixa gerado (aplicado nas) atividades de financiamento		(114.096)	(225.391)
(Redução) aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		3.201	(86.651)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		54.805	141.456
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		58.006	54.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Itumbiara Transmissora de Energia S.A. (“ITE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 21 de outubro de 2004 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais, localizadas, no Estado de Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás.

A Companhia iniciou suas operações em 30 de novembro de 2006 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

Em 30 de setembro de 2004, a Elecnor S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006.

No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão ANEEL nº 001/2006, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

- (i) Instalações de transmissão em 500 kV e 230 kV, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Itumbiara, compostas pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 364 km, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Ribeirãozinho, no Estado do Mato Grosso, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 367 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.
- (ii) Pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 242 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Intermediária, no Estado de Goiás.
- (iii) Pela linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 202 km, com origem na Subestação Intermediária e término na Subestação Itumbiara, no Estado de Minas Gerais.
- (iv) Pela linha de transmissão 230 k, circuito duplo, com extensão aproximada de 3 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Barra do Peixe, ambas no Estado do Mato Grosso.

- (v) Entradas de linha pela transformação 500/230 kV - 750 MVA na Subestação Cuiabá, pela transformação 500/230 kV - 400 MVA na Subestação Ribeirãozinho e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A RAP do contrato de concessão foi determinada em R\$98.747 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta e sete mil reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 270.598 (duzentos e setenta milhões, quinhentos e noventa e oito mil, reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 268.674 (duzentos e sessenta e oito milhões, seiscentos e setenta e quatro mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 216.653 (duzentos e dezesseis milhões, seiscentos e cinquenta e três mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2 Base de preparação e apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram autorizadas pela Administração em 27 de abril de 2023.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3 Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 12 - Imobilizado e 13 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo `Em curso` correspondem a

projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4 Resumo das práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias

4.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

4.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

- **Classificação e mensuração** - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:
- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.11 Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.12 Transações com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5 Novas normas e interpretações não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias.

- (a) **Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes** – (alteração do CPC 26 (R1)) – As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações contábeis regulatórias no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.
- (b) **Definição de Política Contábil de “estimativas contábeis”** – (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de “estimativas contábeis” no lugar de “mudança nas estimativas contábeis”, destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022.
- (c) **Divulgações de Políticas Contábeis** – (alterações ao CPCs 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros, CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 – Demonstração Intermediária): A mudança se refere a inclusão da definição de “políticas contábeis” e a substituição deste termo para “informação de política contábil, a atrelando a materialidade de seus saldos e sua a razoabilidade na influencia nas decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil imateriais, tais informações não devem obscurecer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são imateriais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (d) **Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação** – (alteração no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente tributável e dedutível, sendo estes decorrentes a uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (e) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia:

- (i) Adiamento da Isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 – Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/ IFRS 9 e CPC 11);
- (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 – Insurance Contracts – (alteração ao CPC 50 – Contratos de Seguro)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

6 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		111.134	119.749	230.883	105.748	170.105	275.853
Caixa e equivalentes de caixa		58.006	-	58.006	54.805	-	54.805
Concessionárias e permissionárias		19.450	-	19.450	21.850	-	21.850
Contas a receber – partes relacionadas		8.709	-	8.709	4.039	-	4.039
Estoques		14.712	-	14.712	14.846	-	14.846
Adiantamentos a fornecedores		1.309	-	1.309	3.750	-	3.750
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		89	-	89	346	-	346
Outros impostos a recuperar		2.153	-	2.153	1.488	-	1.488
Ativos de contrato	a	-	119.749	119.749	-	170.105	170.105
Outros ativos circulantes		6.706	-	6.706	4.624	-	4.624
Ativo não circulante		531.468	72.691	604.159	555.700	44.538	600.238
Títulos e valores mobiliários		1.455	-	1.455	-	-	-
Ativos de contrato	a	-	595.820	595.820	-	587.702	587.702
Outros ativos não circulantes		1.693	-	1.693	7.914	-	7.914
Imobilizado não vinculado à concessão		2.238	-	2.238	2.906	-	2.906
Intangível não vinculado à concessão		102	-	102	102	-	102
Imobilizado	b	518.157	(516.019)	2.138	537.120	(536.017)	1.104
Intangível	b	7.823	(7.110)	713	7.658	(7.147)	510
		642.602	192.440	835.042	661.448	214.643	876.091

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2022

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		44.806	-	44.806	65.322	-	65.322
Fornecedores terceiros		3.078	-	3.078	3.117	-	3.117
Fornecedores partes relacionadas		1.410	-	1.410	1.723	-	1.723
Imposto de renda e contribuição social a pagar		19.473	-	19.473	43.335	-	43.335
Outros impostos a pagar		4.553	-	4.553	4.032	-	4.032
Taxas regulamentares		9.609	-	9.609	7.812	-	7.812
Outros passivos circulantes		6.683	-	6.683	5.303	-	5.303
					-		
Passivo não circulante		6.088	179.708	185.796	8.102	187.791	195.893
Outras provisões - compensação ambiental		1.237	-	1.237	1.100	-	1.100
Provisão para contingências		4.851	-	4.851	7.002	-	7.002
Impostos diferidos	c	-	179.708	179.708	-	187.791	187.791
Patrimônio líquido		591.708	12.732	604.440	588.024	26.852	614.876
Capital social		402.460	-	402.460	402.460	-	402.460
Reserva de lucros		264.470	(122.133)	142.337	304.862	(122.133)	182.729
Reserva de incentivos fiscais		24.727	-	24.727			
Reserva legal		34.916	-	34.916	29.687	-	29.687
Prejuízo acumulado	d/e	(134.865)	134.865	-	(148.985)	148.985	-
		642.602	192.440	835.042	661.448	214.643	876.091

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2022

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	186.280	(37.888)	148.392	220.367	(30.649)	189.718
Custo da operação	e	(45.836)	19.548	(26.288)	(43.135)	29.915	(13.220)
Lucro bruto		140.444	(18.340)	122.104	177.232	(734)	176.498
Despesas gerais e administrativas		(12.283)	-	(12.283)	(7.479)	-	(7.479)
Outras (despesas) / receitas operacionais		24.660	-	24.660	(6.617)	-	(6.617)
Lucro antes do resultado financeiro		152.821	(18.340)	134.481	163.136	(734)	162.402
Resultado financeiro		4.132	-	4.132	8.002	-	8.002
Receita financeira		6.927	-	6.927	21.191	-	21.191
Despesa financeira		(2.795)	-	(2.795)	(13.189)	-	(13.189)
Resultado antes dos impostos		156.953	(18.340)	138.613	171.138	(734)	170.404
IRPJ e CSLL correntes		(38.243)	-	(38.243)	(47.583)	-	(47.583)
IRPJ e CSLL diferidos	c	-	4.220	4.220	-	(10.804)	(10.804)
Lucro líquido do exercício		118.710	(14.120)	104.590	123.555	(11.538)	112.017

6.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido Societário	<u>604.440</u>	<u>614.876</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(715.570)	(757.807)
Imobilizado não vinculado	-	2.906
Intangível não vinculado	-	102
Imobilizado	516.019	533.111
Intangível	7.111	7.045
Impostos Diferidos Passivos	<u>179.708</u>	<u>187.791</u>
Patrimônio Líquido Regulatório	<u>591.708</u>	<u>588.024</u>

6.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido Societário	<u>104.590</u>	<u>112.017</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato conforme CPC 47	(128.815)	(132.667)
Margem de construção	177.448	205.824
Ajustes receitas variáveis	(509)	(43.189)
PIS/COFINS Diferido	(3.863)	(3.125)
Depreciação regulatória	(25.921)	(26.108)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>(4.220)</u>	<u>10.803</u>
Lucro Líquido Regulatório	<u>118.710</u>	<u>123.555</u>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. *Imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. *Receita*

Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e. Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	1
Banco	719	3.846
Aplicações financeiras (i)	57.287	50.958
	58.006	54.805

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 102,68% do CDI em 2022 e de 104,96% do CDI em 2021. A variação refere-se a sobra de caixa aplicadas em função principalmente de maiores receitas como o reajuste anual de RAP (correção da inflação).

8 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	17.513	19.928
Vencidas até 30 dias	29	109
Vencidas até 60 dias	7	8
Vencidas até 90 dias	16	9
Vencidas até 120 dias	8	9
Vencidas até 180 dias	1.174	10
Vencidas há mais de 180 dias (i)	1.993	1.850
	20.740	21.923
(-)Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (i)	(1.290)	(73)
	19.450	21.850

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(73)	(1.398)
Reversão de provisão	29	1.325
Complemento de provisão (i)	(1.246)	-
Saldo final	(1.290)	(73)

- (i) Variação refere-se ao AVC complementar do grupo Quinturaré de junho/2022 ainda não recebidos.

9 Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado de manutenção e operação (i)	<u>14.712</u>	<u>14.846</u>
	<u>14.712</u>	<u>14.846</u>

- (i) Variação refere-se a consumo das peças de almoxarifado a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do ano.

10 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2022	31/12/2021
Conta reserva (SUDAM) (i)	<u>1.455</u>	<u>-</u>
	<u>1.455</u>	<u>-</u>

- (i) O saldo apresentado como não circulante é referente ao depósito efetuado em conta específica, vinculada ao benefício de reinvestimento do IRPJ (SUDAM).

11 Outros ativos não circulantes

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais	102	102
Reembolsos (i)	1.583	7.801
Antecipação de seguros	<u>8</u>	<u>11</u>
	<u>1.693</u>	<u>7.914</u>

- (i) Variação refere - se substancialmente no reembolso de despesas jurídicas pagos pela companhia de responsabilidade dos vendedores no valor de R\$ 3.597 (três milhões, quinhentos e noventa e sete mil reais) conforme acordo entre as partes . Houve também mudanças de valores de processos provisionados de servidão e estorno de processos por mudanças de prognóstico e valor onde os principais são : 0352018-03.2005.8.09.0137 e 0351167-61.2005.8.09.0137

12 Imobilizado

a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	853.429	-	(4)	1.300	854.725	1.296	(361.150)	493.575	518.154
Terrenos	510	-	-	-	510	-	-	510	510
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.660	-	-	-	11.660	-	(6.068)	5.592	5.983
Máquinas e equipamentos	838.693	-	-	240	838.933	240	(353.226)	485.707	510.740
Veículos	2.203	-	(4)	1.060	3.259	1.056	(1.670)	1.589	731
Móveis e utensílios	363	-	-	-	363	-	(186)	177	190
Administração	1.694	-	-	75	1.769	75	(1.219)	550	673
Máquinas e equipamentos	1.154	-	-	75	1.229	75	(761)	468	518
Veículos	487	-	-	-	487	-	(420)	67	137
Móveis e utensílios	53	-	-	-	53	-	(38)	15	18
	855.123	-	(4)	1.375	856.494	1.371	(362.369)	494.125	518.827
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	17.864	5.880	-	(1.300)	22.444	4.580	-	22.444	17.864
Máquinas e equipamentos	2.471	326	-	(240)	2.557	86	-	2.557	2.471
Outros	15.393	5.554	-	(1.060)	19.887	4.494	-	19.887	15.393
Administração	429	1.234	-	(75)	1.588	1.159	-	1.588	429
Máquinas e equipamentos	429	1.234	-	(75)	1.588	1.159	-	1.588	429
	18.293	7.114	-	(1.375)	24.032	5.739	-	24.032	18.293
Ativo imobilizado	873.416	7.114	(4)	-	880.526	7.110	(362.369)	518.157	537.120

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2022

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	6.380	-	-	-	6.380	-	(4.142)	2.238	2.906
Ativo não vinculado	6.380	-	-	-	6.380	-	(4.142)	2.238	2.906

b. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2022		2021	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	5,05%	854.725	(361.150)	493.575	518.154
Administração	10,56%	1.769	(1.219)	550	673
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	6.380	(4.142)	2.238	2.906
		<u>862.874</u>	<u>(366.511)</u>	<u>496.363</u>	<u>521.733</u>

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%
Imobilizado não vinculado à concessão	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Software	20,00%

O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

12.1 A composição das adições do ativo imobilizado por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Transmissão	Valor
Máquinas e Equipamentos	326
Veículos	1.064
Móveis e utensílios	3
Desenvolvimento de Projetos	4.464
Adiantamentos a Fornecedores	23
	<u>5.880</u>
Administração	
Máquinas e Equipamentos	1.234
Total das adições	7.114

12.2 As dez principais adições / transferências (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço em 2022

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. HILUX CD DSL POWER PACK - 4X4 TURBO DIESEL - CHASSI: 8AJDA3CD9N1826988	VEÍCULOS	232
2. RENAULT OROCH, VERSAO: U0 KC2 NV, 1.6 PORTAS, CHASSI 93Y9SR8V6PJ391288	VEÍCULOS	103
3. FIAT/MOBI LIKE - CHASSI: 9BD341ACZPY842530	VEÍCULOS	66
4. FIAT/MOBI LIKE - CHASSI: 9BD341ACZPY842592	VEÍCULOS	66
5. FIAT/MOBI LIKE - CHASSI: 9BD341ACZPY842604	VEÍCULOS	66
6. FIAT/MOBI LIKE - CHASSI: 9BD341ACZPY842615	VEÍCULOS	66
7. FIAT/MOBI LIKE - CHASSI: 9BD341ACZPY842614	VEÍCULOS	66
8. FIAT/MOBI LIKE - CHASSI: 9BD341ACZPY842550	VEÍCULOS	66
9. FIAT/MOBI LIKE - CHASSI: 9BD341ACZPY842600	VEÍCULOS	66
10. FIAT/MOBI LIKE - CHASSI: 9BD341ACZPY842601	VEÍCULOS	66
Total das adições		863

Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. EQUIP GERAL - ES LENOVO ESTACAO DE TRABALHO M70Q TI	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	16
2. EQUIP GERAL - FORTIGATE-60F	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	5
3. EQUIP GERAL - APARELHO SERVIDOR DE GRAVACAO DE CHAMADAS TELEFONICAS PARA CENTRAIS DE COMUTACAO PRIVADA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	29
4. SISTEMA DE COMUNICACAO LOCAL - SWITCH HUAWEI	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	25
Total das adições		75

12.3 As principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2022

Transmissão	Grupo	Valor
ESTORNO DE ICMS INDEVIDO	VEÍCULOS	(4)

13 Intangível

a. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	<u>7.229</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8</u>	<u>7.237</u>	<u>8</u>	<u>(198)</u>	<u>7.039</u>	<u>7.078</u>
Servidões	6.962	-	-	-	6.962	-	-	6.962	6.962
Softwares	<u>267</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8</u>	<u>275</u>	<u>8</u>	<u>(198)</u>	<u>77</u>	<u>116</u>
Administração	<u>1.200</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>205</u>	<u>1.405</u>	<u>205</u>	<u>(1.162)</u>	<u>243</u>	<u>107</u>
Servidões	120	-	-	184	304	184	(112)	192	76
Softwares	<u>1.080</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21</u>	<u>1.101</u>	<u>21</u>	<u>(1.050)</u>	<u>51</u>	<u>31</u>
	<u>8.429</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>213</u>	<u>8.642</u>	<u>213</u>	<u>(1.360)</u>	<u>7.282</u>	<u>7.185</u>
Ativo intangível em curso									
Transmissão	<u>70</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>(8)</u>	<u>72</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>72</u>	<u>70</u>
Softwares	<u>70</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>(8)</u>	<u>72</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>72</u>	<u>70</u>
Administração	<u>403</u>	<u>271</u>	<u>-</u>	<u>(205)</u>	<u>469</u>	<u>66</u>	<u>-</u>	<u>469</u>	<u>403</u>
Softwares	<u>403</u>	<u>271</u>	<u>-</u>	<u>(205)</u>	<u>469</u>	<u>66</u>	<u>-</u>	<u>469</u>	<u>403</u>
	<u>473</u>	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>(213)</u>	<u>541</u>	<u>68</u>	<u>-</u>	<u>541</u>	<u>473</u>
Ativo Intangível	<u>8.902</u>	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.183</u>	<u>281</u>	<u>(1.360)</u>	<u>7.823</u>	<u>7.658</u>

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2022

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	<u>102</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>102</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>102</u>	<u>102</u>
Ativo não vinculado	<u>102</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>102</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>102</u>	<u>102</u>

b) Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2022			2021
		Valor Bruto	amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	0,15%	7.237	(198)	7.039	7.078
Administração	10,00%	1.405	(1.162)	243	107
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	20,00%	102	-	102	102
		8.744	(1.360)	7.384	7.287

Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

13.1 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Transmissão	Valor
Softwares	10
Administração	
Software	271
Total das adições	281

13.2 As principais adições/ transferências (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2022

Transmissão - Descrição do Bem		Em R\$ mil
1	SERVICO DE IMPLANTACAO E DESENVOLVIMENTO (P&D) LICENCA DE USO SOFTWARE GIS	8
Total das adições		8
Administração - Descrição do Bem		Em R\$ mil
2	INTEGRACAO SISTEMAS TOTVS E NIMBI	21
3	SUPORTE TECNICO EM INFORMATICA	114
4	1Y - POWER BI PRO CONTRATO: C4BF4D6F-9EDE-47D0-9D40-B6D4C54ABB9D	32
5	DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NAO-CUSTOMIZAVEIS - AHGORA FORTIGATE-60F UNIFIED THREAT PROTECTION (UTP) (IPS, ADVANCED MALWARE PROTECTION, APPLICATION CONTROL, WEB FILTERING, ANTISPAM SERVICE, AND 24X7 FORTIC	2
6	LICENCA DE TRONCO SIP OPEBSCAPE BUSINESS = LICENCA IP + LICANCA CSTA	7
7	SUPORTE IMPLANTACAO POWER BI	3
8	LICENCIAMENTO OU CESSAO DE USO DE PROGRAMAS - L-MLIC-S57L_CH - S57XX-L SERIES BASIC SW,PER DEVICE	2
9	SERVICO DE IMPLANTACAO E DESENVOLVIMENTO	17
10		
Total das adições		205

13.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2022

Não houve baixas de ativo intangível em serviço no exercício de 2022.

14 Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ (i)	11.810	32.384
CSLL (i)	7.663	10.951
	19.473	43.335

Outros impostos a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
PIS	260	178
COFINS	1.206	824
INSS empregado	670	625
IRRF	1.635	1.634
Outros	782	771
	4.553	4.032

- (i) Redução refere-se a inclusão da empresa no programa de incentivo fiscal (SUDAM) no exercício de 2022.

15 Taxas regulamentares

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	305	360
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	542	556
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	8.762	6.896
	9.609	7.812

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 03 de agosto de 2022, através do Despacho nº 2.110 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 574 (quinhentos e setenta e quatro mil reais).

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 14 de julho de 2022, através do Despacho nº 1.904 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 687 (seiscentos e oitenta e sete mil reais).

(iii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A resolução normativa 929 de 30 de março de 2021, estabeleceu que o saldo não aplicado até 31 de agosto de 2020 deveria ser pago. No exercício de 2021 foi efetuado o pagamento conforme resolução. Em 2022 não houve evento extraordinário de baixa de saldo de anos anteriores e por isso os saldos estão maiores, refletindo as provisões e atualizações do ano.

16 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e de servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	662	102
Cível	2.485	2.211
Servidão	1.704	4.689
	<u>4.851</u>	<u>7.002</u>

Nesse sentido, a movimentação do Saldo de Provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>2.211</u>	<u>102</u>	<u>4.689</u>	<u>7.002</u>
Adições e reversões, líquidas (i)	-	592	(2.985)	(2.393)
Pagamentos	-	(64)	-	(64)
Atualizações monetárias	<u>274</u>	<u>32</u>	<u>-</u>	<u>306</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>2.485</u>	<u>662</u>	<u>1.704</u>	<u>4.851</u>
	Cíveis	Trabalhistas	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>2.117</u>	<u>55</u>	<u>4.689</u>	<u>6.861</u>
Adições e reversões, líquidas (ii)	-	40	-	40
Atualizações monetárias	<u>94</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>101</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>2.211</u>	<u>102</u>	<u>4.689</u>	<u>7.002</u>

- (i) As variações ocorreram, basicamente, no caso trabalhista, por força de adição feita em razão de apontamento de risco diante de decisão judicial que desproveu recurso da Companhia. O risco atual e provável do processo é de R\$ 636 (seiscentos e trinta e seis mil reais). No caso das servidões as variações ocorreram em decorrência de decisões judiciais cujo teor indicaram à Companhia a necessária readequação do valor do risco envolvido nas ações judiciais. Por fim, no âmbito cível destacaram aspectos relacionados à atualização monetária.
- (ii) As adições ocorreram, basicamente, em razão da movimentação dos processos, com ocorrência de decisão judicial e por força da atualização monetária; e as provisões constituídas referem-se à riscos cíveis, referentes a, por exemplo, indenizações por faixa de servidão, e as trabalhistas dizem respeito a verbas contratuais legais de empregados de terceiros.

Contingências possíveis (não provisionadas):

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista (i)	105	-
Cível (ii)	213	213
Fiscal (iii)	36.128	36.776
	36.446	36.989

(i) Processos trabalhistas: Referem-se a ações judiciais trabalhistas nas quais são discutidos assuntos atinentes o pagamento de supostas horas extras e seus respectivos reflexos. O valor de exposição atual é de R\$ 104.730 (cento e quatro mil, setecentos e trinta reais) , e envolve duas ações trabalhistas. Em um dos casos aguarda-se julgamento, pois a fase de instrução já se encerrou. No segundo caso, aguarda-se a realização de audiência de instrução.

- (ii) Processos cíveis: Referem-se a ação judicial autuada por meio do processo nº 0000089-56.2017.8.11.0095, na qual se discute a responsabilidade por acidente de trânsito. O trâmite se dá junto ao Estado de Mato Grosso.
- (iii) Processos Fiscais: Referem-se às ações judiciais e processos administrativos fiscais, que discutem diversos tributos, tais como, ICMS e ISS. Variação refere-se a inclusão de um processo iniciado em 2021 visando a cobrança de suposto crédito tributário de ICMS, discutidos na Execução Fiscal nº 1000755-83.2021.8.11.0003, ajuizada pelo Estado de Mato Grosso, e que teve seu trâmite suspenso por força de decisão proferida em favor da Companhia nos autos da Ação Anulatória nº 1038359-03.2017.8.11.0041, que determinou a suspensão da exigibilidade do crédito tributário de ICMS que o Estado cobrava da Companhia. Aguarda-se decisão final de mérito na ação anulatória ajuizada pela Companhia. Os temas aqui referidos são tratados em seis processos administrativos e sete processos judiciais, a seguir os principais processos enumerados além dos já citados: 15374.955519/2009-01, 15374.955520/2009-27, 15374.955521/2009-71, 15374.974875/2009-15, 15374.974876/2009-60 e 5834490/2020, os quais tramitam pela via administrativa nos Estados do Rio de Janeiro e Mato Grosso. O valor de exposição atual dos principais casos é de R\$ 32.706.414 (trinta e dois milhões, setecentos e seis mil, quatrocentos e quatorze reais).

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 402.460 (quatrocentos e dois milhões, quatrocentos e sessenta mil reais), dividido em 402.460 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2022 e 2021
State Grid Brazil Holding S.A	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

Em 2021 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, pagamento de dividendos adicionais e reversão da reserva especial de lucros a realizar, ficando disponível o montante R\$ 182.729 (cento e oitenta e dois milhões, setecentos e vinte e nove mil reais) na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. Em 31 de dezembro de 2022 o valor disponível é de R\$ 142.337 (cento e quarenta e dois milhões, trezentos e trinta e sete mil reais).

d. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada “Lucro da exploração”. Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos.

O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Despacho Decisório EBEN-DEVAT07/SRRF07/RFB nº 23/2022 de março de 2022, podendo ser fruído de janeiro de 2021 a dezembro de 2030. Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2022, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2021.

Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras.

O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi no montante de R\$ 24.727 (vinte e quatro milhões, setecentos e vinte e sete mil reais) em 31 de dezembro de 2022.

e. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	104.591	112.017
Reserva legal (5%)	<u>(5.230)</u>	<u>(5.601)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>99.361</u>	<u>106.416</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>994</u>	<u>1.064</u>
Juros sobre capital próprio (i)	(6.206)	(17.609)

- (i) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/12/2022.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de novembro de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 82.470 (oitenta e dois milhões quatrocentos e setenta mil duzentos reais). Esse montante foi pago ao longo do exercício de 2021.

Através da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021, a Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 17.609 (dezesete milhões seiscentos e nove mil reais) referente ao exercício social de 2021. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 2.641 (dois milhões, seiscentos e quarenta e um mil reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$14.968 (quatorze milhões, novecentos e sessenta e oito mil reais). Esse montante foi totalmente pago em dezembro de 2021. Devido o valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2021.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 99.116 (noventa e nove milhões, cento e dezesseis mil reais). Esse montante foi pago no decorrer do exercício de 2022.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de dezembro de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 9.705 (nove milhões, setecentos e cinco mil reais). Esse montante foi pago em 20 de dezembro de 2022.

Através da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2022, os acionistas aprovaram, por unanimidade, o pagamento de juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 6.205 (seis milhões duzentos e cinco mil reais) referente ao exercício social de 2022. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 930 (novecentos e trinta mil reais), o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 5.275 (cinco milhões, duzentos e setenta e cinco mil reais). Esse montante foi totalmente pago em 27 de dezembro de 2022. Devido o valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2022.

18 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta	216.163	254.604
Receita de rateio de antecipação (i)	(5.982)	(1.393)
Receita de encargos de transmissão	222.116	251.857
Receita de novas obras RBNI	21.412	17.587
Parcela de ajuste do ciclo anterior (i)	(20.527)	(16.144)
Indisponibilidade de equipamentos	(11.796)	(6.716)
Receita RMEL	234	193
Descontos Incidentes na TUST	10.684	9.220
Outras receitas de operação	22	-
Deduções da receita operacional	(29.883)	(34.237)
PIS	(3.574)	(4.198)
COFINS	(16.463)	(19.338)
P&D	(1.863)	(2.204)
RGR	(7.211)	(7.617)
TFSEE	(772)	(880)
	186.280	220.367

(i) Variação de acordo com a receita faturada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

19 Custo da operação

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(11.373)	(11.682)
Material (i)	(2.827)	(1.099)
Serviços de terceiros	(2.659)	(2.483)
Depreciação e amortização	(25.921)	(26.108)
Gastos diversos	(1.713)	(1.234)
Outros	(1.343)	(529)
	(45.836)	(43.135)

(i) Variação refere-se principalmente a perda de inventário em 2022 devido a inspeção técnica interna no almoxarifado e compra de materiais para manutenção corretiva de equipamentos das regionais.

20 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(6.878)	(8.044)
Administradores	(429)	(627)
Material	(216)	(259)
Serviços de terceiros	(1.104)	(1.144)
Arrendamentos e alugueis	(139)	(105)
Doações	-	(278)
Provisão/reversão (i)	(1.823)	4.849
Tributos	(103)	(28)
Depreciação e amortização	(268)	(302)
Telecomunicação	(546)	(489)
Outras (ii)	(777)	(1.541)
	(12.283)	(7.479)

- (i) Variação refere-se substancialmente a baixa de provisão de tributação de benefícios a expatriados, ocorrida no exercício de 2021, enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN. Em 2022, houve provisão para perda de crédito esperada grupo Quinturará conforme nota explicativa 8
- (ii) Variação refere-se substancialmente a ganho referente a ajuste de inventário no exercício de 2022.

21 Despesas de pessoal

Pessoal - operação	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(7.391)	(7.587)
Encargos	(2.593)	(2.581)
Previdência privada	(165)	(200)
Outros Benefícios - Corrente	(1.194)	(1.264)
Outros	(30)	(50)
	<u>(11.373)</u>	<u>(11.682)</u>
Pessoal - administração	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(3.952)	(4.589)
Encargos	(1.611)	(1.802)
Previdência privada	(50)	(67)
Benefícios	(676)	(841)
Outros	(589)	(745)
Administradores	(429)	(627)
	<u>(7.307)</u>	<u>(8.671)</u>
	<u>(18.680)</u>	<u>(20.353)</u>

22 Outros receitas / (despesas) operacionais líquidas

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Contrato de Prestação de Serviço de Operação e Manutenção (CPSOM), Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI).

	31/12/2022	31/12/2021
Rendas da prestação de serviços	2.414	2.202
Reserva SUDAM (i)	24.727	-
Outras receitas e rendas	-	239
Tributos sobre a receita	(327)	(387)
Pessoal	(470)	(587)
Perdas de alienação e desativação (ii)	-	(6.350)
Depreciação	(668)	(689)
Contrato de Compartilhamento de instalações (CCI) sem receita atrelada	(966)	(845)
Outros	(50)	(200)
	<u>24.660</u>	<u>(6.617)</u>

- (i) Valor refere-se e ao incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Despacho Decisório EBEN-DEVAT07/SRRF07/RFB nº 23/2022 de março de 2022.
- (ii) Variação refere-se à baixa de ativo imobilizado devido a sucata e material obsoleto no exercício de 2021.

23 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira	6.927	21.191
Receitas de aplicações financeiras	6.136	3.558
Variações cambiais ativas (i)	-	17.208
Outras receitas financeiras	1.129	619
Tributos sobre receitas financeiras	(338)	(194)
Despesa financeira	(2.795)	(13.189)
Variações cambiais passivas (i)	-	(11.480)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (i)	-	(2.518)
Outras despesas financeiras (ii)	(2.795)	809
	4.132	8.002

- (i) Redução refere-se à quitação do empréstimo com a SGID em julho/2021.
- (ii) Variação refere-se a baixa de atualização monetária de provisão de tributação de benefícios a expatriados, ocorrida no exercício de 2021, enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN.

24 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro Real)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	138.613	170.403
Adições/Exclusões não dedutíveis	5.318	942
Varição Cambial	-	14.746
Ajustes ICPC 01	2.616	(27.305)
Doações e Subv. para Investimento	(24.726)	-
Juros s/ Capital Próprio	(6.206)	(17.609)
Outros	(1.114)	-
Lucro Real	114.501	141.177
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(28.601)	(35.269)
Inc. Fiscais	763	392
IRPJ devido (25%)	(27.838)	(34.877)
CSLL (9%)	(10.405)	(12.706)
IR e CS correntes	(38.243)	(47.583)
	(38.243)	(47.583)

25 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 25.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

25.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	7	58.006	54.805
Títulos e valores mobiliários	10	1.455	-
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	26	8.709	4.039
Concessionárias e permissionárias	8	19.450	21.850
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - terceiros		3.078	3.117
Fornecedores - partes relacionadas	26	1.410	1.723

25.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	58.006	54.805
Títulos e valores mobiliários	1.455	
Contas a receber partes relacionadas	8.709	4.039
Concessionária e Permissionárias	19.450	21.850

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

26 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

26.1 Ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas (i)	8.709	4.039
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	6.685	4.030
Outros	2.024	9
Intercompany ETEE - Despesas de pessoal	9	9
Intercompany SGBH - Reembolso de NOD Gemini (ii)	2.015	-

26.2 Passivo

	31/12/2022	31/12/2021
	1.410	1.723
Fornecedores - partes relacionadas	1.410	1.723
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.404	1.706
Serviços de engenharia SGSE (iii)	-	11
Outros	6	6
Intercompany Guaraciaba - Despesas de pessoal	6	6

26.3 Resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado - partes relacionadas	16.167	13.684
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	16.440	10.661
Aluguel (iii)	(121)	(66)
Serviços de engenharia SGSE (iv)	(152)	(121)
Despesa de juros de empréstimo com a SGID (nota explicativa 23)	-	(2.518)
Varição cambial ativa do empréstimo com a SGID (nota explicativa 23)	-	17.208
Varição cambial passiva do empréstimo com a SGID (nota explicativa 23)	-	(11.480)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas.
- (ii) Por meio do contrato de compra e venda da Companhia, os vendedores se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais relacionadas à Companhia, conforme termos e condições previstos no Contrato. Diante disso, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as despesas jurídicas pagas, com aviso de débito à vendedora, visto que estas estão suportadas pelo Contrato. Porém, a vendedora não realizou o reembolso destas despesas realizadas pela companhia ao longo dos anos. Em 2022, foi realizado um acordo, entre a vendedora e a controladora SGBH, que recebeu todas as despesas

pagas, em nome de suas controladas. A SGBH então, está ressarcindo controladas de acordo com os avisos de débito emitidas na época.

- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.
- (iv) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

26.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores reconhecidos no resultado		
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	796	986
Benefícios diretos e indiretos	140	208
Encargos	474	552
Provisões (13 salário, férias e bônus)	<u>643</u>	<u>682</u>
Valor total da remuneração	2.053	2.428

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

27 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

28 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	466.307	466.307
Veículos	Carros	2.988	2.316
		<u>489.295</u>	<u>488.623</u>

Ramon Sade Haddad	Jorge Bauer	Mariana de Oliveira Barbosa
Diretor Presidente	Diretor	Contadora - CRC RJ - 103573/O-2